

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	27
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	29
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	30
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	50
10.8 - Plano de Negócios	51
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	56.422	11,00%	13,75%	1.552	16,50%	3.103
IPCA	1.839	6,75%	8,43%	31	10,12%	62
INPC	12.613	6,59%	8,24%	208	9,88%	415
TJLP	42.924	5,00%	6,25%	537	7,50%	1.073
TR	921	0,00%	0,00%	-	0,00%	-
LIBOR	4.719	0,30%	0,38%	4	0,45%	7
DÓLAR		2,449	3,06	-	3,67	-
Total	119.438			2.332		4.660

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (i) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.
- (ii) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

		Consolidado	
	Classificação por categoria	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	18.258	23.370
		18.258	23.370
Aplicações financeiras			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	605	546
		605	546
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	74.820	68.640
		74.820	68.640
Partes relacionadas			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	30.726	15.881
		30.726	15.881
Empréstimos e financiamentos			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	27.717	30.538
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	120.218	124.852
		147.935	155.390
Debêntures	Outros passivos financeiros	4.316	8.282
		4.316	8.282
Tributos Parcelados			
Refis	Outros passivos financeiros	1.895	26.571
Parcelamento do ICMS	Outros passivos financeiros	32.332	10.628
		34.227	37.199

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro 2014, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2013.

c.2. Indicadores de inadimplência

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Faturamento bruto (anualizado)	281.906	280.121	337.904	337.372
Total dos títulos vencidos (i)	10.436	7.132	12.382	10.134
Indicadores de inadimplência (i)	3,70%	2,55%	3,66%	3,00%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	30.726	-	-	-	30.726
Empréstimos e financiamentos	105.253	-	-	-	105.253
Debêntures	4.316	-	-	-	4.316
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	34.652	4.015	4.015	42.682
Em 31 de dezembro de 2014	140.295	34.652	4.015	4.015	182.977

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) riscos para os quais se busca proteção**

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos .

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu plano de crescimento e desenvolvimento sustentável, cumprindo com todas as suas obrigações, agindo pró-ativamente em busca das melhores oportunidades.

O ano de 2014 foi marcado por dois grandes eventos nacionais, Copa do Mundo e eleição Presidencial, de repercussão internacional positiva, mas com impactos locais negativos para a economia brasileira, acentuando o fraco desempenho da atividade econômica que já vem desde 2013.

O produto interno bruto (PIB) fechou o ano com crescimento 0%, e a previsão para 2015 é de retração de -0,6%.

A taxa de Juros Selic fechou em 11,75%, nível mais alto desde 2009, impactada principalmente pela acentuada desvalorização do Real no quarto trimestre de 2014 e fechando o ano em 12,3% comparada a 2013. As projeções indicam uma taxa Selic de 12,9% em 2015, impactada pela continuidade da desvalorização do Real no primeiro trimestre atingindo o nível de R\$ / US\$ 3,00, fato que ocorreu efetivamente no começo de Março 2015.

Tal cenário impactou as despesas financeiras do quarto trimestre, bem como o custo de nossos produtos importados (principalmente bolas), sendo necessária a revisão do planejamento de produção e distribuição para 2015, a fim de mitigar tais efeitos.

No Setor Varejista, o crescimento foi de 3,3% em 2014, e a expansão projetada para 2015 é de 3,5%. A participação deste setor no PIB atualmente é de 17%. Já no setor Industrial tivemos retração de -1,7% em 2014, e projeção de -2,0% para 2015.

No Cenário externo de 2015 as projeções são de um comércio mundial crescendo abaixo do PIB mundial depois de décadas, e queda forte de preços das commodities, com prejuízos relevantes para o Brasil.

Face ao adverso cenário macroeconômico, setorial e internacional, a proposta de ajuste fiscal feita pelo Governo Federal, com a posse do novo Ministro da Fazenda Joaquim Levy em Janeiro de 2015, é de suma importância para o equilíbrio das contas públicas e retomada do crescimento em 2016. O cenário político conturbado no início de 2015 também precisa ser rapidamente ajustado, para que junto com os efeitos positivos esperados das medidas do ajuste fiscal, reestabeleça os níveis de confiança interno e externo, afastando o risco de perda do Investment Grade conquistado pelo país nos últimos anos.

No final de 2014, conquistamos a preferência, para fornecimento de materiais esportivos, do Cruzeiro Esporte Clube e Esporte Clube Bahia com início dos contratos em Janeiro de 2015, clubes de expressão nacional, com vários títulos conquistados e com uma torcida apaixonada, e com forte ligação com o novo modelo de negócio da marca Penalty, levando ao clube seus 45 anos de experiência e vivência no futebol nacional, e internacional, através de tecnologia, inovação e qualidade de seus produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na Argentina temos contrato de fornecimento de materiais para o Club Atlético Banfield, Club Atlético Gimnasia y Esgrima e Club Atlético Talleres de Cordoba, mostrando também a força que a marca Penalty tem neste País, com forte vocação para esportes, onde também a marca apoia o futebol há mais de 25 anos.

Menção de destaque para a parceria assinada com a Federação Paulista de Futebol para fornecimento de bolas e roupas para os árbitros, revivendo, depois de mais de 10 anos, uma forte identificação que a marca Penalty teve, e tem, com esta Federação. Desta forma, para o ano de 2015 teremos parceria com 18 Federações, Confederação Brasileira de Futebol e Copa do Nordeste, cobrindo todo território nacional, do Oiapoque ao Chuí, reafirmando o apoio incondicional que marca Penalty tem com o Futebol nacional. Temos também contrato assinado com a Federação Uruguaia de Futebol, mostrando a força que a marca tem em toda América Latina.

Também destacamos a parceria assinada com os principais clubes de Voleibol do Brasil, SADA Cruzeiro masculino e Esporte Clube Pinheiros feminino, um dos esportes olímpicos e com forte identificação com a marca Penalty.

Ainda no Voleibol, no final de 2014 lançamos um sistema inovador de identificação de bola dentro e bola fora das quatro linhas de jogo chamado DTech, onde a Cia vem investindo nos últimos 5 anos e acredita que esta solução trará benefícios a médio e longo prazo para a marca Penalty, reforçando ainda mais o conceito que temos de tecnologia, inovação e qualidade de seus produtos. Esta solução foi aprovada pela CBV (Confederação Brasileira de Voleibol), está em testes em alguns jogos oficiais da Super Liga de Voleibol e esperamos em breve que seja homologada também pela FIVB (Federação Internacional de Voleibol), criando assim uma solução a ser explorada mundialmente, reafirmando o que a Cia tem feito ao longo dos últimos 70 anos, buscar sempre o melhor a serviço do esporte e de seus praticantes.

No ano de 2014 atingimos a espetacular marca de 17 milhões de itens vendidos, aumento de 4,8% em relação ao ano de 2013, com forte destaque para Bolas, Calçados, Vestuário e Equipamentos.

No segundo semestre de 2014, após a realização da copa do Mundo FIFA e a retomada do Campeonato Brasileiro, o mercado varejista de materiais esportivos voltou a repor seus Estoques, onde destacamos nosso aumento de vendas, principalmente, por conta do lançamento da coleção 2014B com uma aceitação muito boa por parte de nossos Clientes e com um excelente "sell out" nos pontos de venda. Tivemos também a recuperação de Clientes importantes no mercado esportivo e calçadista, principalmente da região Norte e Nordeste

Encerramos o quarto trimestre de 2014 com um aumento de 16,1% nas vendas de Bolas, Calçados, Confecções e Equipamentos, e um crescimento de 8,6% nos 12 meses de 2014. Produtos licenciados de clubes registraram uma queda de mais de 22,7% no quarto trimestre e 37,8% nos 12 meses de 2014. Nossas operações internacionais registraram, em Reais, praticamente o mesmo volume de vendas de 2013, porém, com forte impacto da desvalorização do Peso na Argentina.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Registramos um aumento da Margem bruta no ano de 2014 de 6,4%, impulsionado pelo lançamento da coleção 2014B, aumento na distribuição e um mix de produtos mais qualificados.

Do lado das despesas (SG&A), tivemos uma forte redução no ano de 2014 de 15,0% decorrente de ajustes de fretes, contratos de prestação de serviço, adequação de “head count” e encerramento dos contratos do Vitoria, Náutico e Clube de Regatas Vasco da Gama, onde a Cia optou pela não renovação, mesmo tendo o direito de preferência contratual. Em Outubro de 2014 transferimos nosso escritório de São Paulo para a cidade de São roque, onde já tínhamos uma parte do back office da Cia, trazendo no curto prazo uma economia com despesas de ocupação de quase 1 MM ao ano e proporcionando uma maior integração de todos os colaboradores das áreas de apoio.

Assinamos com o São Paulo Futebol Clube um acordo para antecipação do vencimento do contrato de fornecimento de materiais esportivos para 31/12/14, também neste documento ficou acordado que a Penalty irá fornecer materiais de jogo ao Clube até 30/04/15, conforme nota divulgada à imprensa em Fevereiro de 2015.

Vale destacar no ano de 2014 a liquidação do REFIS, nos beneficiando da MP 651/2014 e portaria conjunta nº 15, que permitiu quitar a dívida atualizada no valor de 23,0 MM com desconto de 70%, compensados com prejuízos fiscais acumulados, desta forma realizamos o pagamento de 7,0 MM e tivemos um ganho no resultado de 16,0 MM, valor tratado em nossas análises como um evento não recorrente.

Registramos no ano de 2014 uma redução no endividamento da Cia comparado a 2013, onde parte foi decorrente do ganho com a liquidação antecipada do REFIS, e parte da geração de caixa das operações.

Nossos estoques também contribuíram para uma melhora de nosso “Working Capital”, no ano registramos uma queda significativa, além de uma expressiva melhora em nosso ciclo de caixa onde atingimos 92 dias em Dezembro de 2014 versus 120 no final de Dez/13.

Nosso EBITDA no acumulado de 2014 atingiu o montante de 53,9 MM, sem o ganho de eventos não recorrentes tivemos um EBITDA de 40,8 MM representando 14,4% das vendas liquidas, aumento de 178,4% em relação ao mesmo período de 2013.

O resultado financeiro líquido em 2014 foi de -31,4 MM, com forte impacto das altas taxas de juros, desvalorização do Real frente ao dólar e ajustes tributários que sozinhos representaram R\$ 10,6 MM por conta da adesão ao plano de parcelamento do ICMS da Cambuci e Cambuci Importadora de SP.

Mesmo após o forte impacto nas despesas financeiras, o Lucro Líquido no ano de 2014 atingiu 14,0 MM, aumento expressivo em relação a 2013 que foi de 0,3 MM.

Importante reafirmar que continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, forte disciplina financeira, na correta alocação dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento estratégico sólido e consistente.

Acreditamos que as ações tomadas em 2014 para melhora da Rentabilidade, redução de contratos deficitários, redução de SG&A, aumento de EBITDA, redução do endividamento e melhora do "Working Capital", através principalmente da redução de Estoques e melhora no ciclo de caixa, viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital investido, proporcionando à Companhia uma sólida plataforma de crescimento a partir de 2015.

O Ebitda do 1T de 2015 totalizou R\$ 15,1 milhões contra R\$ 9,0 milhões do 1T de 2014, representando um aumento de 67,8%. A margem Ebitda no 1T de 2015 apresenta 19,7% contra 13,7% no 1T de 2014.

O Ebitda do ano de 2014 totalizou R\$ 53,8 milhões contra R\$ 37,6 milhões de 2013, representando um aumento de 43,1%. A margem Ebitda apresentou, 19,0% em 2014 contra 13,3% em 2013. O Ebitda sem eventos não recorrentes do ano de 2014 totalizou R\$ 40,8 milhões contra R\$ 14,6 milhões de 2013, representando um aumento de 178,8%. A margem Ebitda ficou em 14,4% em 2014 contra 5,2% em 2013.

O Ebitda do ano de 2013 totalizou R\$ 37,6 milhões contra R\$ -1,3 milhão de 2012, representando uma queda de -2.951%. A margem Ebitda ficou em 13,3% em 2013 contra -0,5% em 2012.

Os principais indicadores financeiros da Companhia encontram-se na tabela abaixo:

	1 T 2015	1 T 2014	2014	2013	2012
Empréstimos de curto prazo	115.927	96.772	109.569	91.064	79.387
Empréstimos de longo prazo	40.629	64.644	42.682	72.608	78.599
Total de empréstimos	156.556	161.416	152.251	163.672	157.986
(-) caixa		18.229	18.258	23.370	23.276
(=) posição financeira líquida	156.556	143.187	133.993	140.302	134.710
Patrimônio líquido	34.459	17.854	30.734	17.785	14.123
Garantia de capital de terceiros GT	14%	7%	13%	7%	6%
Rentabilidade do Capital Próprio (PL) ou taxa de retorno sobre o PL	5%	3%	46%	2%	196%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

	1 T 2015	1 T 2014	2014	2013	2012	1T2015/1T2014 Δ	2014/2013 Δ	2013/2012 Δ
Empréstimos de curto prazo	115.927	96.772	109.569	91.064	79.387	19.155	18.505	11.677
Empréstimos de longo prazo	40.629	64.644	42.682	72.608	78.599	(24.015)	(29.926)	(5.991)
Total de empréstimos	156.556	161.416	152.251	163.672	157.986	(4.860)	(11.421)	5.686
(-) caixa	15.522	18.229	18.258	23.370	23.276	(2.707)	(5.112)	94
(=) posição financeira líquida	141.034	143.187	133.993	140.302	134.710	(2.153)	(6.309)	5.592
Patrimonio líquido	34.459	17.854	30.734	17.785	14.123	16.605	12.949	3.662
Garantia de capital de terceiros GT	14%	7%	13%	7%	6%	6,8 p.p.	5,8 p.p.	1 p.p.
Rentabilidade do Capital Próprio (PL) ou taxa de retorno sobre o PL	5%	3%	46%	2%	196%	2,2 p.p.	43,5 p.p.	-194 p.p.

A companhia busca diversificar suas fontes de financiamento, obtendo recursos no mercado financeiro, por meio de capital de giro e operações estruturadas. O detalhamento dos empréstimos e financiamentos encontra-se no quadro da letra "f".

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros, bem como mantido a assiduidade no pagamento desses compromissos.

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial 2014, até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	30.726	-	-	-	30.726
Empréstimos e financiamentos	105.253	-	-	-	105.253
Debêntures	4.316	-	-	-	4.316
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	34.652	4.015	4.015	42.682
Em 31 de dezembro de 2014	140.295	34.652	4.015	4.015	182.977

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas por meio da utilização dos instrumentos clássicos de captação, em especial por financiamentos junto a diversas instituições brasileiras e internacionais. Entre suas diversas fontes de financiamento estão BNDES, Finimp, operações de créditos mercantis (leasing) e empréstimos de capital de giro. O bom relacionamento que a Companhia tem mantido com algumas instituições financeiras e sua transparência junto ao mercado tem garantido a oferta de crédito em patamares adequados no que toca preço e prazo.

Nos anos de 2014, 2013 a principal fonte de financiamento da Companhia foi o capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável, pois nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com através de caixa e equivalentes de caixa, que ao final de 2014 representavam R\$ 18.258. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com obrigações vincendas no curto prazo ou qualquer outra deficiência de liquidez, a Companhia poderá também contar com linhas de crédito contratadas com bancos de primeira linha.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro dos anos de 2012, 2013 e 2014, o endividamento apresentava a seguinte composição:

		Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Encargos Financeiros Médios				
Em moeda corrente - R\$				
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	57.953	52.715	30.559
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	16.581	14.684	12.228
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	25.309	34.180	37.295
Desenbahia - BNDES (19.1)	TJLP	17.615	19.409	21.350
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	371	524	228
Barclays	0%	0	656	2297
Leasing	1,04% a 1,24%	550	313	318
BDMG	IPCA + 6% a.a.	1.839	2.371	3.178
		120.218	124.852	107.453
Em moeda estrangeira - US\$				
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	4.719	9.129	15.475
Capital de giro	90% da CDI (principal dólar, juros reais)	12.613	8.818	9.347
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	10.385	12.591	14.368
		27.717	30.538	39.190
		147.935	155.390	146.643

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento das dividas referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014.

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
2013	0	0	75.411
2014	0	86.505	27.308
2015	105.253	27.086	17.800
2016	28.249	20.624	8.628
2017	6.404	9.056	2.759
2018	1.338	2.029	2.644
2019	1.338	2.018	2.529
2020	1.338	2.018	2.415
2021 em diante	4.015	6.054	7.149
Total	147.935	155.390	146.643

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes**(a) Desenbahia**

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 17.615 (controladora e consolidado) corresponde a 108 parcelas.

(b) Operações em moeda estrangeira

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)**

		Consolidado	
		2014	2013
Encargos financeiros			
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	4.316	8.282
Passivo circulante		4.316	4.559
Passivo não circulante		-	3.723
		4.316	8.282

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia encontrava-se adimplente com a atual operação, sendo que o correspondente saldo será integralmente liquidado durante o exercício de 2015.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas atuais da Companhia. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia citados nos itens acima possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

Não temos qualquer restrição ou previsão de alguma alienação de ativos, exceto aqueles dados em garantia para obtenção de financiamentos, ou emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro 2012, a Companhia estava utilizando 68% (sessenta e oito por cento) do limite de utilização de financiamentos contratados junto a Instituições Financeiras. Em 2013 correspondia a 71% (setenta e um por cento), enquanto que em 2014 a 63% (sessenta e três por cento), aproximadamente.

Todos os contratos possuem garantias suportadas por duplicatas mercantis e bens do ativo imobilizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise horizontal e vertical das variações significativas em contas patrimoniais encontra-se a seguir:

Análise de nossos balanços consolidados em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais

<i>Em milhares de Reais</i>							2012/2013		2013/2014	
ATIVO	31/12/2012	A.V. %	31/12/2013	A.V. %	31/12/2014	A.V. %	Δ \$	Δ %	Δ \$	Δ %
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	23.276	9,5%	23.370	8,7%	18.258	6,7%	94	0,4%	(5.112)	-21,9%
Contas a receber de clientes	59.370	24,2%	68.640	25,5%	74.820	27,5%	9.270	15,6%	6.180	9,0%
Estoques	75.837	30,9%	57.920	21,5%	59.479	21,9%	(17.917)	-23,6%	1.559	2,7%
Tributos a recuperar	5.791	2,4%	6.275	2,3%	5.490	2,0%	484	8,4%	(785)	-12,5%
Despesas pagas antecipadamente	1.851	0,8%	5.787	2,1%	5.756	2,1%	3.936	212,6%	(31)	-0,5%
Demais contas a receber	17.537	7,1%	18.526	6,9%	8.289	3,0%	989	5,6%	(10.237)	-55,3%
	183.662	74,8%	180.518	67,0%	172.092	63,3%	(3.144)	-1,7%	(8.426)	-4,7%
Não Circulante										
Aplicações financeiras	500	0,2%	546	0,2%	605	0,2%	46	9,2%	59	10,8%
Partes relacionadas	381	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	(381)	-100,0%	-	0,0%
Depósitos judiciais	2.284	0,9%	2.869	1,1%	3.498	1,3%	585	25,6%	629	21,9%
Despesas pagas antecipadamente	-	0,0%	4.934	1,8%	447	0,2%	4.934	0,0%	(4.487)	-90,9%
Demais contas a receber	1.753	0,7%	544	0,2%	21.480	7,9%	(1.209)	-69,0%	20.936	3848,5%
Outros investimentos	1.129	0,5%	1.147	0,4%	316	0,1%	18	1,6%	(831)	-72,4%
Imobilizado	48.632	19,8%	71.804	26,7%	67.035	24,7%	23.172	47,6%	(4.769)	-6,6%
Intangível	7.207	2,9%	7.008	2,6%	6.307	2,3%	(199)	-2,8%	(701)	-10,0%
	61.886	25,2%	88.852	33,0%	99.688	36,7%	26.966	43,6%	10.836	12,2%
Total do ativo	245.548	100,0%	269.370	100,0%	271.780	100,0%	23.822	9,7%	2.410	0,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	A.V. %	31/12/2013	A.V. %	31/12/2014	A.V. %	2012/2013		2013/2014	
							Δ \$	Δ %	Δ \$	Δ %
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	75.411	30,7%	86.505	32,1%	105.253	38,7%	11.094	14,7%	18.748	21,7%
Debêntures	3.976	1,6%	4.559	1,7%	4.316	1,6%	583	14,7%	(243)	-5,3%
Fornecedores	14.005	5,7%	15.881	5,9%	30.726	11,3%	1.876	13,4%	14.845	93,5%
Salários e encargos sociais	5.050	2,1%	5.856	2,2%	7.360	2,7%	806	16,0%	1.504	25,7%
Tributos a recolher	5.847	2,4%	9.282	3,4%	8.720	3,2%	3.435	58,7%	(562)	-6,1%
Dividendos a pagar	1.597	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	(1.597)	-100,0%	-	0,0%
Demais contas a pagar	2.932	1,2%	8.654	3,2%	8.714	3,2%	5.722	195,2%	60	0,7%
	108.818	44,3%	130.737	48,5%	165.089	60,7%	21.919	20,1%	34.352	26,3%
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	71.232	29,0%	68.885	25,6%	42.682	15,7%	(2.347)	-3,3%	(26.203)	-38,0%
Debêntures	7.367	3,0%	3.723	1,4%	-	0,0%	(3.644)	-49,5%	(3.723)	-100,0%
Tributos a recolher	40.913	16,7%	41.965	15,6%	28.476	10,5%	1.052	2,6%	(13.489)	-32,1%
Provisão para contingências	3.095	1,3%	2.708	1,0%	1.214	0,4%	(387)	-12,5%	(1.494)	-55,2%
Demais contas a pagar	-	0,0%	3.567	1,3%	3.585	1,3%	3.567	0,0%	18	0,5%
	122.607	49,9%	120.848	44,9%	75.957	27,9%	(1.759)	-1,4%	(44.891)	-37,1%
Patrimônio líquido										
Capital social	32.340	13,2%	35.636	13,2%	35.636	13,1%	3.296	10,2%	-	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	1.757	0,7%	360	0,1%	(822)	-0,3%	(1.397)	-79,5%	(1.182)	-328,3%
Prejuízos acumulados	(20.200)	-8,2%	(18.272)	-6,8%	(4.286)	-1,6%	1.928	-9,5%	13.986	-76,5%
Total atribuível aos acionistas da Companhia	13.897	5,7%	17.724	6,6%	30.528	11,2%	3.827	27,5%	12.804	72,2%
Participação dos acionistas não controladores em controladas	226	0,1%	61	0,0%	206	0,1%	(165)	-73,0%	145	237,7%
	14.123	5,8%	17.785	6,6%	30.734	11,3%	3.662	25,9%	12.949	72,8%
Total do passivo e patrimônio líquido	245.548	100,0%	269.370	100,0%	271.780	100,0%	23.822	9,7%	2.410	0,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo*****Caixa e equivalentes de caixa***

As disponibilidades são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do Balanço Patrimonial, é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

O saldo apresentado em 31/12/2014 é de R\$18.258 o que apresenta uma diminuição de 21,9% em relação a 31/12/2013. Essa diminuição é explicada devido a amortização de empréstimos, pagamentos a fornecedores e recolhimento de tributos.

Estoques

Em 2014 apresenta o saldo de R\$59.479 um aumento de 2,7% em relação a 2013. O aumento nos saldos finais a dos estoques, deve-se à retração do mercado consumidor.

Em 2013 em relação à 2012 houve uma redução de R\$ 17,9 milhões devido ao crescimento nas vendas.

Demais contas a receber

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante correspondem, substancialmente, à ação transitada em julgado da Eletrobrás, reclassificação do ativo circulante e reconhecimento de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de decisão proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

Imobilizado**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicativos que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável de realização. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicativos de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (impairment), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

Passivo***Empréstimos e financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas

Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise horizontal e vertical das variações significativas na demonstração do resultado do exercício encontra-se a seguir:

	31/12/2012	A.V. %	31/12/2013	A.V. %	31/12/2014	A.V. %	2012/2013		2013/2014	
							Δ \$	Δ %	Δ \$	Δ %
Receita operacional líquida	274.172	100,0%	283.287	100,0%	283.864	100,0%	9.115	3,2%	577	0,2%
Custo dos produtos vendidos	(161.496)	-58,9%	(167.655)	-59,2%	(160.528)	-56,6%	(6.159)	3,7%	7.127	-4,3%
Lucro bruto	112.676	41,1%	115.632	40,8%	123.336	43,4%	2.956	2,6%	7.704	6,7%
Despesas (receitas) operacionais										
Com vendas	(83.029)	-30,3%	(97.937)	-34,6%	(81.158)	-28,6%	(14.908)	15,2%	16.779	-17,1%
Gerais e administrativas	(44.711)	-16,3%	(28.976)	-10,2%	(27.601)	-9,7%	15.735	-54,3%	1.375	-4,7%
Outras receitas líquidas	6.831	2,5%	39.077	13,8%	30.951	10,9%	32.246	82,5%	(8.126)	-20,8%
	(120.909)	-44,1%	(87.836)	-31,0%	(77.808)	-27,4%	33.073	-37,7%	10.028	-11,4%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	(8.233)	-3,0%	27.796	9,8%	45.528	16,0%	36.029	129,6%	17.732	63,8%
Despesas financeiras	(36.940)	-13,5%	(36.699)	-13,0%	(40.339)	-14,2%	241	-0,7%	(3.640)	9,9%
Receitas financeiras	17.355	6,3%	9.167	3,2%	8.938	3,1%	(8.188)	-89,3%	(229)	-2,5%
Resultado financeiro, líquido	(19.585)	-7,1%	(27.532)	-9,7%	(31.401)	-11,1%	(7.947)	28,9%	(3.869)	14,1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(27.818)	-10,1%	264	0,1%	14.127	5,0%	28.082	10637,1%	13.863	5251,1%
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	(27.818)	-10,1%	264	0,1%	14.127	5,0%	28.082	10637,1%	13.863	5251,1%
Atribuível aos acionistas não controladores	203	0,1%	67	0,0%	(141)	0,0%	(136)	-203,0%	(208)	-310,4%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(27.615)	-10,1%	331	0,1%	13.986	4,9%	27.946	8442,9%	13.655	4125,4%
Resultado por ação atribuível aos acionistas da Companhia ao fim do exercício (expresso em Reais por ação)										
Resultado básico por ação - ON/PN	(0,0007472)		0,000086		0,36279					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Descrições das principais contas da Demonstração do Resultado consolidado******Receita***

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020.

O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social na rubrica impostos sobre vendas, no grupo de deduções de vendas de 2014 foi de R\$ 19.6 milhões.

A Receita Líquida em 2014 apresentou um acréscimo de 0,2%, passando de R\$ 283,3 milhões em 2013 para R\$ 283,9 milhões.

Já no ano de 2013, apresentou um aumento da receita líquida da Companhia, passando de R\$ 274,1 milhões em 2012 para R\$ 283,3 milhões.

Despesas com vendas e administrativas

A diminuição das despesas com vendas se deve a economia produzida através de um intenso controle de despesas implantado pela administração, além de revisão e rescisão de contratos de fornecimento de material esportivo com clubes de futebol, renegociação de contratos de prestação de serviços, fretes e despesas de viagens. Os efeitos destas mudanças contribuíram positivamente nos resultados de 2014, e serão maximizados de 2015 em diante.

O diminuição das despesas administrativas foi de R\$ 1,4 milhões em relação a 2013, essa diminuição se deve a readequação do quadro de empregados da área administrativa, dos contratos de prestação de serviço, viagens, veículos e da transferência do escritório de São Paulo para a cidade de São Roque, onde já tínhamos uma parte do back office da Cia, trazendo no curto prazo uma economia com despesas de ocupação de quase 1 MM ao ano e proporcionando uma maior integração de todos os colaboradores das áreas de apoio. Os efeitos destas mudanças contribuíram positivamente nos resultados de 2014, e serão maximizados de 2015 em diante.

Receitas / despesas financeiras

Em 2014 as receitas financeiras totalizaram R\$ 8,9 milhões contra R\$ 9,2 milhões em 2013, representando uma variação negativa de R\$ 0,3 milhões.

Em 2013 houve uma redução de R\$ 8,1 milhões em relação ao ano de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Por outro lado, as despesas financeiras aumentaram em R\$ 3,6 milhões, passando para R\$ 40,3 milhões em 2014 (R\$ 36,7 milhões, em 2013). Essa variação decorreu, devido ao aumento de Juros c/ Empréstimos e Financiamentos, em razão do efeito de aumento dos indexadores de juros vinculados aos empréstimos e financiamentos contratados em 2014. A Companhia vem trabalhando fortemente para a redução das despesas relativas a juros sobre empréstimo.

Em 2013 houve uma variação positiva de R\$ 0,2 milhões em relação ao ano de 2012.

Outras receitas / despesas operacionais.

Em 2014, essa rubrica registrou o valor de R\$ 30,9 milhões contra R\$ 39,0 no ano de 2013, representando um decréscimo de R\$8,2 milhões ou 20,8%, o qual decorreu substancialmente, de vendas de matéria-prima e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais valores que compõem essa rubrica correspondem a:

Em 31 de dezembro de 2014, os valores que compõem substancialmente essa rubrica correspondem, vendas de matérias-primas e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e COFINS.

A Companhia obteve benefício fiscal decorrente de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, cujo valor corresponde a R\$ 16.062 e foi utilizado para quitação de tributos federais incluídos no REFIS.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações do emissor, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social de 2014 foi de R\$ 19.567 mil. No exercício social encerrado em 2013 a subvenção foi de R\$ 20.732 mil.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia finalizou o ano de 2014 com lucro de R\$ 13,9 milhões, contra um lucro de R\$ 0,3 milhão em 2013.

O lucro apurado em 2014 teve como principais fatores, a redução de custos e despesas que trarão efeitos positivos e está confiante que as medidas de ajustes adotadas possibilitarão recuperação dos resultados a partir de 2014.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Nossa receita de venda decorre, principalmente, da venda dos nossos produtos no mercado interno e externo. Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificação de preços.

Assim, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação no volume de vendas e nos preços de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros, não sendo possível estimar o impacto de cada um desses fatores individualmente, dada a complexidade do negócio.

A Receita Líquida em 2014 apresentou um aumento de 0,2%, em relação a 2013, passando de R\$ 283,3 milhões para R\$ 283,9 milhões. Já no ano de 2013, a receita líquida da Companhia aumentou em relação ao exercício social findo em 2012, passando de R\$ 274,1 milhões para R\$ 283,3 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os negócios da Cambuci são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

A inflação poderá afetar nossos resultados operacionais, uma vez que os principais custos e despesas operacionais são denominados em reais e sujeitos aos efeitos da inflação. Um aumento na taxa de inflação no Brasil poderá aumentar o custo de nossos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas. Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços.

Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente nossas vendas e custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar nossos resultados e lucratividade.

Estamos sujeitos também aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e nossos resultados operacionais e financeiros. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações, mas principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar nossos negócios, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge: ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012 e Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

c.1) ressalvas presentes no parecer do auditor

Não temos histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes.

c.2) ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, enfatizam, que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Cambuci S/A** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações financeiras separadas e elaboradas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 7.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 7.10, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota. 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Notas. 26.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

6. Novas normas, alterações e interpretações de normas

6.1 Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência destas revisões.

- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge: ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras em decorrência desta revisão.
- IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

6.2

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012 e Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2014 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 7 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta resultado de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo

7.1 Base de consolidação

do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intraCompanhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intraCompanhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

7.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7.4 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

7.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

7.6 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

7.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) *Imposto diferido*

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

7.8 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

7.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As perdas no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

7.10 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|------------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10-15 anos |
| • Móveis e utensílios | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.11 Ativo Intangível

(i) *Marcas e patentes*

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(ii) *Softwares*

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(iii) **Ponto comercial**

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

(iv) **Amortização**

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.12 **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

7.13 **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

7.14 **Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

7.15 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

7.16 Instrumentos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 9), aplicações financeiras (Nota 10),

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

contas a receber de clientes (Nota 11), demais contas a receber (Nota 16), conta corrente com empresas ligadas.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

(ii) *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

7. Principais políticas contábeis (continuação)

7.16 Instrumentos financeiros (continuação)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)*

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- d) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- e) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

a) **Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis**

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O saldo dessa estimativa de perda corresponde aos títulos vencidos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

há mais de dois anos da carteira do contas a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

b) **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivesse alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício.

Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

7.17 **Redução ao valor recuperável (Impairment)**

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

7.18 Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 26).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

7.19 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

7.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**7.21 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) através da deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras atendem a qualidade, rescisão e a confiabilidade das informações e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. A Companhia está avaliando a migração de seu atual sistema integrado de gestão E.M.S Totvs, para outro sistema a partir de 2015, visando maior agilidade, controles internos mais robustos e eficazes, e integração aos processos.

b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O relatório dos nossos auditores independentes com relação aos nossos controles internos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que utilizamos para fins de elaboração de das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não realizamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e,

Não aplicável.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.